Farol estudos

EDIÇÃO 2026.11.20

AMOSTRA GRÁTIS · CADERNO COMPLETO DE ESTUDO

Escrevente Técnico Judiciário do TJ-SP

Teoria pelo edital, letra da lei, mapas mentais, flashcards e questões comentadas, com QR code para vídeo, podcast e simulado online.

6	79	995	777
disciplinas	tópicos	questões comentadas	flashcards

farolestudos.com.br

Farol estudos

Caderno completo · Escrevente Técnico Judiciário do TJ-SP
Edição 2026.11.20, gerada em 20/11/2026 a partir do conteúdo da plataforma Farol Estudos.

Material de estudo independente, sem vínculo com órgão público ou banca organizadora. As questões marcadas como “Prova real” citam a banca e o ano de origem; as demais são inéditas, escritas pela equipe Farol.

Licença de uso individual e intransferível. É proibido revender, compartilhar ou publicar este arquivo, no todo ou em parte. O conteúdo é atualizado continuamente no site: use os QR codes para ver a versão mais recente de cada tópico.

Encontrou um erro ou quer sugerir algo? Escreva para suporte@farolestudos.com.br.

Crie sua conta grátis
plano do dia, questões ilimitadas e revisão espaçada

Como usar este caderno

★ **Resumo**
a essência do tópico em poucas linhas. Comece por aqui e volte nele na véspera.

! **Como a banca cobra**
as pegadinhas que mais derrubam candidatos, com o raciocínio para não cair.

✳ **Mapa mental**
o tópico inteiro numa página. Ótimo para revisar em 2 minutos.

? **Questões**
no formato da prova. O gabarito comentado fica no fim de cada disciplina.

§ **Letra da lei**
os dispositivos que a banca transcreve. Leia em voz alta: a prova troca uma palavra.

✓ **Revisão rápida**
checklist para marcar o que você já domina. O que ficar em branco volta para a revisão.

◧ **Flashcards**
cubra a coluna da direita e responda antes de olhar.

O método em quatro passos

1. **Leia** o tópico na ordem: resumo, entenda, letra da lei.
2. **Feche o caderno** e refaça o mapa mental de memória.
3. **Resolva** as questões e confira o gabarito comentado.
4. **Revise** com os flashcards em 1, 7 e 30 dias. No app, a revisão espaçada faz essa conta por você.

QR codes: o caderno continua online

Cada tópico traz QR codes para a página do tópico (com podcast e atualizações), a videoaula, quando houver, e todas as questões do tema corrigidas na hora. No fim do caderno, um simulado no formato da prova, que você também pode fazer online com nota projetada.

Simulado online grátis
nota projetada na hora

Edital verticalizado
marque o que já estudou

Raio-X da prova

BANCA
Fundação Vunesp

REFERÊNCIA
Edital de Abertura nº 02/2026 (TJ-SP, Vunesp)

OBJETIVA
70 questões de múltipla escolha (A–E)

TEMPO
5h

Questões de múltipla escolha com 5 alternativas (A–E) e uma correta. Errar ou deixar em branco vale zero, sem desconto. Aprovação com 50% da prova e 50% em cada um dos Blocos I e II. A prova vale 110 pontos; é eliminado quem fizer menos de 50% (55 pontos).

DISCIPLINA	BLOCO	PESO	TÓPICOS	ALTA PRIORIDADE	PÁGINA
Língua Portuguesa	I	16	16	9	**6**
Conhecimentos em Direito	II	30	35	33	**36**
Atualidades	III	4	3	3	Volume 1
Matemática	III	4	11	4	Volume 1
Informática	III	9	7	2	Volume 1
Raciocínio Lógico	III	7	7	4	Volume 1

Sumário

Língua Portuguesa 6

1.1 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação 7

1.2 Tipos e gêneros textuais 24

Conhecimentos em Direito 36

2.1 Crimes contra a Administração Pública — peculato e conceito de funcionário público 37

2.2 Crimes contra a fé pública — falsidade documental e adulteração de sinal identificador de veículo 44

Simulado final 52

01

Língua Portuguesa

2 tópicos · 36 questões no caderno · 36 online

1.1 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação ● 7

1.2 Tipos e gêneros textuais 24

● prioridade alta no edital

1.1 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

21 questões online
corrigidas na hora

Resumo

O item de compreensão pergunta se o texto autoriza a afirmação, e não o que o candidato sabe do assunto. Resolve-se comparando o enunciado com um trecho localizável.

- **Comando do item:** define se a resposta está escrita no texto ou precisa ser deduzida dele.
- **Paráfrase fiel:** mesma ideia com outras palavras é item certo.
- **Implícitos:** o pressuposto decorre de uma palavra do texto; a inferência, de dedução necessária.
- **Erros típicos:** extrapolação, redução e contradição.
- **Vozes:** a opinião citada ou refutada não é, só por isso, a do autor.
- **Ironia:** o sentido pretendido é o contrário do literal.

Entenda

O comando do item

- **"O texto afirma", "segundo o texto", "de acordo com o texto":** informação explícita, literal ou em paráfrase fiel.
- **"Infere-se", "depreende-se", "conclui-se":** informação implícita, mas necessária: dedução sem acréscimo.
- **"Sugere", "permite supor":** leitura mais aberta, ainda presa ao texto.

> *Ex.: o texto diz que a transferência da polícia para o governo da cidade significou passar da caça aos criminosos à prevenção dos crimes. O item que chama isso de "mudança de paradigma no papel da polícia" está certo: é paráfrase.*

Método: localizar e comparar

1. Localize no texto o trecho de que o item trata.
2. Compare palavra por palavra: quantificadores (*todos, alguns, apenas*), modalizadores (*talvez, certamente*), sujeito da ação e tempo verbal.
3. Pergunte: o texto diz isso, permite deduzir isso, ou eu sei isso por fora? Só as duas primeiras respostas tornam o item certo.

> *Ex.: o texto diz que só é planeta o corpo celeste que "não seja um satélite natural, como a Lua". O item "não é impróprio denominar a Lua de planeta" está errado: basta localizar o trecho.*

Pressuposto

> Pressuposto é a informação implícita que uma palavra do texto obriga a aceitar. Marcas comuns: *apenas, só, ainda, já, também, continua, passou a, deixou de*. Se a marca está no texto, o pressuposto é verdadeiro.

- *Ele **ainda** dirige sem habilitação.* → já dirigia sem habilitação antes.

- *A corporação* ***passou a*** *priorizar a prevenção.* → antes não priorizava.

> *Ex.: "A opção não se coloca apenas na esfera de temas polêmicos que atraem os holofotes da mídia." Pressupõe-se que há temas polêmicos que não atraem a mídia. Item certo.*

Inferência

A inferência válida é a que o texto torna necessária. Ela costuma vir em termos modestos (*está associado a, provavelmente*). A inferência falsa costuma vir em termos fortes (*deveu-se a, é a principal causa, conclui-se que sempre*).

> *Ex.: "o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas". É correto inferir que o funcionário provavelmente já morreu: a expressão é eufemismo de morte, e "deve ter" indica probabilidade.*

Extrapolação

Extrapolar é acrescentar ao texto um dado que ele não traz: causa, comparação, superlativo, nacionalidade, intenção, continuidade no tempo. É o erro mais frequente.

- O texto diz que o uso de *deepfakes* cresceu 830%. O item diz que esses crimes "são os que mais crescem no Brasil". **Errado:** o texto não compara.
- O texto diz que o sobrenome do autor é "sonoro, hispânico". O item diz que o autor é espanhol. **Errado.**

> *Ex.: o texto informa que, no Império, os deputados eram eleitos por maioria relativa. O item que afirma que o Brasil adota esse sistema "sem interrupções, desde o Império" extrapola.*

Causa inventada e correlação

> O texto relaciona dois fatos; o item transforma a relação em causa. "Relacionado a" não é "causado por". Confira se há no texto um conector de causa (*porque, devido a, em razão de*).

> *Ex.: o texto diz que, nas sociedades tribais, o trabalho está integrado às outras atividades e que um autor as chamou de "sociedades de abundância". O item "devido à abundância de recursos, os indivíduos não separam trabalho e lazer" está errado: a causa não está no texto.*

Contradição e redução

Na contradição, o item diz o oposto do texto, às vezes trocando uma única palavra. Na redução, toma a parte pelo todo, ou eleva um exemplo a tema.

- O texto diz que a violência física estava "em declínio". O item atribui o monopólio estatal da força a "índices insustentáveis de violência". **Errado.**
- O texto diz que "a separação de classes não é rígida como a que existe entre as castas". O item diz que a casta é menos rigorosa. **Errado.**

> *Ex.: palavras absolutas no item ("sempre", "nunca", "apenas", "qualquer") pedem prova absoluta no texto.*

Item longo com final falso

A banca repete o texto em três quartos do item e acrescenta, na última oração, um juízo ou uma explicação que não está lá. Leia o item até o fim; o erro costuma estar depois da última vírgula.

> *Ex.: o item descreve corretamente a tese de dois autores sobre a ficção e termina com "em oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos". O texto não menciona essa visão. Errado.*

Ironia e sentido figurado

Na ironia, o autor diz o contrário do que pensa. Sinais: pergunta retórica, aspas, exagero, elogio descabido. O item que lê o elogio ao pé da letra está errado. Eufemismo e metáfora também pedem leitura não literal.

> *Ex.: texto elogia as bombas "limpas" e termina com "Trata-se, portanto, de uma fabulosa conquista, não?". A pergunta retórica marca a crítica; o item que atribui ao autor "visão positiva" das bombas está errado.*

Tema, tese e vozes do texto

> Tema é o assunto; tese é a posição do autor; argumentos a sustentam. Os tipos mais comuns: autoridade, dados, exemplo, comparação, causa e consequência, contra-argumentação. A voz introduzida por *segundo, para, de acordo com*, ou entre aspas, é de outro. O autor pode adotá-la ou refutá-la; o contexto mostra qual.

- **Adota:** os autores apresentam um estudioso como "autoridade" no assunto e usam sua explicação. Infere-se que a corroboram.
- **Refuta:** "Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram." O autor trata a ideia corrente como equivocada.

> *Ex.: o item que atribui ao autor do texto a opinião de um pensador apenas citado, ou o inverso, troca o sujeito da opinião.*

Vocabulário e paralelismo no contexto

O sentido de uma palavra se fecha no contexto. Em estrutura paralela, o termo retoma o par correspondente. Oração que repete a ideia anterior é redundante, com valor de ênfase.

- "homens e mulheres, pequenos e grandes" retoma "homens e mulheres, adultos e jovens": refere-se a idade, e não a tamanho.
- "são completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra": a segunda oração reforça a primeira.

> *Ex.: "não haverá o dogma do PPI". Dogma é doutrina indiscutível; o item que diz que o PPI não deve ser visto como doutrina indiscutível está certo.*

Quadro

Erro do item	Sinal	Como conferir
Extrapolação	dado, comparação ou superlativo novo	procurar o dado no texto
Causa inventada	"devido a", "porque" ausentes no texto	procurar o conector de causa
Contradição	palavra trocada pelo oposto	reler o trecho exato
Redução	"apenas", "somente", exemplo como tema	verificar o que mais o texto diz
Leitura literal de ironia	elogio estranho ao tom do texto	procurar pergunta retórica, aspas, exagero
Troca de voz	opinião do citado atribuída ao autor	ver quem fala: "segundo", aspas

Como a banca cobra

- "Infere-se que o autor do texto é espanhol." → **errado** (o texto só diz que o sobrenome é hispânico).
- "Conclui-se que o monopólio da violência pelo Estado deveu-se aos índices insustentáveis de violência." → **errado** (o texto diz que a violência estava em declínio).
- "Infere-se que nem todos os temas polêmicos recebem a atenção dos meios de comunicação." → **certo** (pressuposto marcado por "apenas" e pela oração restritiva).
- "De acordo com o texto, os crimes com *deepfake* são os que mais crescem no Brasil." → **errado** (superlativo que o texto não traz).
- "A oração 'nenhuma letra se igualando a outra' é redundante em relação à anterior, servindo para reforçar-lhe o sentido." → **certo**.
- "Infere-se que 'boêmios e vampiros' diferem biologicamente dos seres humanos em geral." → **errado** (o texto fala de hábito).
- **Detalhe que derruba o item:** um conector de causa que o texto não tem, um quantificador ou superlativo exagerado, ou a leitura literal de trecho irônico.

Revisão rápida

- ☐ **O que o item de compreensão pergunta?** Se o texto autoriza a afirmação.
- ☐ **"Infere-se" admite acréscimo?** Não; só dedução necessária.
- ☐ **De onde nasce o pressuposto?** De uma marca do texto: "apenas", "ainda", "passou a".
- ☐ **Qual o erro mais comum?** Extrapolação: dado, causa ou comparação que o texto não traz.
- ☐ **Correlação é causa?** Não; "relacionado a" não é "causado por".
- ☐ **Como ler um elogio seguido de pergunta retórica?** Como ironia.
- ☐ **A opinião citada é a do autor?** Só se o texto mostrar que ele a adota.
- ☐ **Onde costuma estar o erro do item longo?** Na última oração.

Mapa mental

Interpretação e inferência

O que vale
- O que o texto autoriza
- Não o que você sabe

Tipos de item
- "Afirma": explícito ou paráfrase
- "Infere-se": dedução necessária
- Pressuposto: marca linguística

Erros típicos
- Extrapolação: acrescenta
- Redução: parte pelo todo
- Contradição: inverte

Vozes do texto
- Tese do autor × voz citada
- Ironia diz o contrário

Sinais de alerta
- Correlação não é causa
- Absolutos pedem prova absoluta
- Inferência certa costuma ser modesta

Método
- Localizar o trecho
- Comparar palavra por palavra

⚠ Pegadinha
- Juízo acrescentado no fim do item → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.
Item de compreensão: quando a paráfrase é Certa e quando há contradição?	**Paráfrase fiel** (mesma ideia com outras palavras, inclusive opinião corretamente atribuída a autor citado) → **Certo**. **Contradição** = o item diz o **oposto** do texto. Se o trecho **confirma** a ideia, afirmar que a "contradiz" é Errado.
Como tratar um elogio num texto que termina com pergunta retórica ("Trata-se de uma fabulosa conquista, não?")?	É **ironia**: o sentido pretendido é o **oposto** do literal. Pergunta retórica, aspas e exagero sinalizam ironia. Pegadinha: item que lê o elogio ao pé da letra ("visão positiva") → Errado.
Uma expressão pode ter seu sentido definido pelo paralelismo com um par anterior do texto?	**Sim.** Em estruturas paralelas, o termo **retoma o par correspondente** ("homens e mulheres, **pequenos e grandes**" = "adultos e jovens" → faixa etária, não tamanho).
Para o Cebraspe, é correto dizer que uma oração "é redundante, servindo para reforçar" a anterior?	**Sim**, quando ela **repete a ideia anterior** com valor **enfático** ("completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra").

Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.

Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.

No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.

? Questões

gabarito comentado na p. 33

1 INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

No texto, a expressão "sobretudo" (segunda frase) introduz uma ideia de

(A) oposição ao que foi dito antes.
(B) ênfase, destacando o fator mais importante.
(C) conclusão do raciocínio.
(D) tempo, indicando quando algo ocorre.
(E) condição para que algo aconteça.

2

INÉDITA FAROL

Ao contrário do que muitos imaginam, o servidor que atende o público não é um mero repassador de informações. Ele traduz normas, orienta caminhos e, muitas vezes, é o único rosto do Estado que o cidadão conhece. Por isso, a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço.

Infere-se do texto que o atendimento cortês ao cidadão

(A) é uma gentileza opcional do servidor.
(B) dispensa o conhecimento das normas.
(C) integra o próprio serviço público prestado.
(D) só é exigido de servidores em cargo de chefia.
(E) substitui a orientação técnica ao cidadão.

3

INÉDITA FAROL

Desde que o órgão adotou o trabalho remoto parcial, o número de processos concluídos por servidor aumentou. A chefia, no entanto, observa que a comunicação entre as equipes ficou mais lenta e que os servidores recém-chegados têm mais dificuldade para aprender a rotina do setor. Por isso, estuda manter dois dias presenciais por semana, sem abandonar o modelo remoto nos demais dias.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que a adoção de dias presenciais visa principalmente:

(A) aumentar o número de processos concluídos, que caiu com o trabalho remoto.
(B) extinguir o trabalho remoto no órgão.
(C) reduzir os problemas de comunicação entre as equipes e de aprendizagem dos novos servidores.
(D) punir os servidores que tiveram baixa produtividade.
(E) reduzir os custos com energia e estrutura física.

4

INÉDITA FAROL

Há quem veja na tecnologia a solução definitiva para a burocracia. Formulários eletrônicos, assinaturas digitais e atendimentos por aplicativo de fato encurtaram filas e reduziram o papel nas repartições. Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha o que é, no fundo, um problema de organização. Um processo mal desenhado continua lento, ainda que tramite em tela; uma exigência inútil continua inútil, mesmo quando pedida por e-mail. Digitalizar o atraso é apenas torná-lo mais rápido de reproduzir. A verdadeira modernização começa antes do computador: na pergunta, feita com honestidade, sobre por que cada etapa existe.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central defendida no texto é a de que:

(A) a tecnologia só moderniza de fato a administração quando acompanhada da revisão dos processos e das exigências.
(B) a tecnologia é inútil para reduzir a burocracia.
(C) os formulários devem ser abolidos das repartições.
(D) a burocracia já foi eliminada pelos atendimentos por aplicativo.
(E) o e-mail deve substituir todos os atendimentos presenciais.

5

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Do último período do texto, infere-se que, na visão dos autores do estudo:

(A) os pedestres são os culpados pelos atropelamentos.

(B) as rodovias devem ser fechadas aos pedestres.

(C) os motoristas não precisam de nenhuma medida de segurança.

(D) a engenharia viária tem privilegiado os motoristas em detrimento dos pedestres.

(E) a iluminação é desnecessária nos trechos urbanos.

6

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho “a firmeza não depende da rispidez”, o autor defende que:

(A) o servidor deve ceder a todas as exigências do cidadão.

(B) o servidor deve evitar qualquer limite no atendimento.

(C) a rispidez é necessária para manter a autoridade.

(D) a firmeza prejudica o atendimento.

(E) é possível manter a posição e os limites sem ser grosseiro.

7

INÉDITA FAROL

Durante anos, o trecho da serra foi conhecido como o mais perigoso da região. As curvas fechadas, a neblina frequente e o acostamento estreito somavam-se à pressa de quem queria vencer a subida antes do anoitecer. Nos últimos tempos, porém, os registros de acidentes caíram de forma expressiva. Não houve obra de duplicação nem mudança no traçado: o que mudou foi a combinação de sinalização mais visível, radares nos pontos críticos e fiscalização frequente nos fins de semana. Os motoristas que antes reclamavam das abordagens passaram a reconhecer que a viagem ficou mais tranquila. O caso sugere que nem toda solução para a segurança viária depende de grandes investimentos em engenharia; às vezes, o resultado vem de medidas simples, aplicadas com constância.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a redução dos acidentes no trecho da serra deve-se principalmente:

(A) à duplicação da pista e à correção das curvas fechadas.

(B) ao fim da neblina, por mudanças no clima da região.

(C) à diminuição do número de veículos que passam pelo trecho.

(D) a um conjunto de medidas simples aplicadas com regularidade, sem alteração da estrutura da via.

(E) à proibição do tráfego nos fins de semana.

8

INÉDITA FAROL

Quem entra hoje em uma repartição pública raramente vê as pilhas de processos que, há algumas décadas, ocupavam mesas e corredores. A digitalização mudou a paisagem, mas não eliminou o trabalho de organizar. Um documento eletrônico mal classificado se perde com a mesma facilidade de uma folha esquecida em uma gaveta — com a diferença de que ninguém tropeça nele. Por isso, os arquivistas insistem em que tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível. Sistemas modernos ajudam a registrar, localizar e controlar prazos, desde que alguém tenha decidido antes o que guardar, por quanto tempo e por quê. A pergunta, portanto, continua a mesma de sempre: não é onde guardar, mas como encontrar.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central do texto é a de que:

(A) a digitalização tornou o trabalho dos arquivistas desnecessário.

(B) os documentos em papel se perdem com mais facilidade que os eletrônicos.

(C) a digitalização não dispensa a organização metódica dos documentos.

(D) os sistemas modernos decidem sozinhos o que guardar e por quanto tempo.

(E) as repartições públicas ainda acumulam pilhas de processos nos corredores.

9

INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

De acordo com o texto, a mudança de comportamento no trânsito se consolida quando

(A) a fiscalização é constante e a regra vale para todos.
(B) as estradas são reformadas e ampliadas.
(C) as campanhas educativas substituem a fiscalização.
(D) os motoristas deixam de usar o cinto de segurança.
(E) os limites de velocidade são aumentados.

10

INÉDITA FAROL

A implantação do protocolo digital mudou a rotina do setor. Antes, o cidadão precisava comparecer pessoalmente, enfrentar fila e voltar dias depois para saber o andamento do pedido. Hoje, o requerimento é enviado pela internet e cada etapa fica registrada no sistema, o que permite acompanhar o processo de casa. A mudança, porém, exigiu treinamento dos servidores e não eliminou o atendimento presencial, mantido para quem não tem acesso à rede.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a implantação do protocolo digital:

(A) permitiu acompanhar o andamento dos pedidos sem ir ao órgão, embora o atendimento presencial tenha sido mantido.
(B) eliminou o atendimento presencial, substituído pelo envio dos pedidos pela internet.
(C) dispensou o treinamento dos servidores, por ser um sistema simples.
(D) aumentou as filas, pois os cidadãos passaram a voltar mais vezes ao setor.
(E) restringiu os requerimentos a quem tem acesso à internet.

11

INÉDITA FAROL

O acostamento existe para emergências, mas, nas rodovias brasileiras, transformou-se em faixa extra para quem não tolera esperar. Nos feriados, quando o fluxo de veículos dobra, motoristas impacientes avançam pela lateral da pista e criam um risco que ultrapassa o próprio veículo: obrigam ambulâncias a disputar espaço, surpreendem ciclistas e pedestres e, não raro, provocam colisões ao retornar à faixa de rolamento. A fiscalização eletrônica ajuda a coibir a prática, porém não a elimina. Especialistas lembram que a regra só se torna hábito quando o condutor entende que o acostamento livre pode ser, amanhã, o caminho do socorro que ele próprio vai esperar.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, o uso indevido do acostamento:

(A) põe em risco não só o próprio motorista, mas também socorristas, ciclistas e pedestres.

(B) é totalmente eliminado pela fiscalização eletrônica.

(C) ocorre apenas nos dias úteis, quando o fluxo é menor.

(D) é recomendado pelos especialistas em casos de congestionamento.

(E) não provoca colisões, pois o acostamento é largo.

12

INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o servidor:

(A) adaptou o atendimento à necessidade da usuária, em vez de apenas indicar o aplicativo.

(B) recusou-se a atender Dona Lurdes antes do horário de abertura.

(C) exigiu que Dona Lurdes fizesse o pedido pelo aplicativo.

(D) considerou desnecessários os documentos trazidos na sacola.

(E) estava participando de um treinamento sobre atendimento.

13

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Segundo o texto, os atropelamentos em rodovias federais concentram-se:

(A) no período noturno e nos trechos urbanos.

(B) nas manhãs de fim de semana.

(C) nos trechos rurais e desertos.

(D) nas proximidades de postos de fiscalização.

(E) durante o dia, em pistas duplicadas.

14

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a atitude mais eficaz diante de um cidadão irritado é:

(A) ouvir até o fim, repetir com calma o pedido e explicar com clareza o que pode ou não ser feito.

(B) responder no mesmo tom, para impor respeito.

(C) ler o regulamento em voz alta.

(D) encaminhá-lo imediatamente à chefia.

(E) encerrar o atendimento até que ele se acalme.

15

INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o narrador:

(A) mantém o hábito de reduzir a velocidade ao passar pelo posto, por lembrança afetiva do passado.

(B) para no posto todos os dias para pedir informações.

(C) considera os celulares inúteis na estrada.

(D) trabalha como agente rodoviário naquele posto.

(E) nunca conheceu o agente que atendia seu pai.

16

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa.

(C) Certo (E) Errado

17

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Entende-se da leitura do texto que a criatividade é fruto da combinação entre os pensamentos convergente e divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

18

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

O autor do texto argumenta contra a proposta de J. P. Guilford sobre o raciocínio humano.

(C) Certo (E) Errado

19

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

No texto, o pensamento convergente é apresentado como mais complexo para os seres humanos que o divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

20

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Segundo o texto, a IA generativa tem crescido de forma exponencial, assim como a adoção de medidas de segurança cibernética.

(C) Certo (E) Errado

21

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Conclui-se do texto que o Brasil lidera o ranking mundial de fraudes cometidas em ambiente virtual baseadas na utilização de imagens de pessoas famosas e celebridades.

(C) Certo (E) Errado

1.2 ITEM 2 DO EDITAL PRIORIDADE MEDIA

Tipos e gêneros textuais



Tópico online
podcast, revisão e atualizações



15 questões online
corrigidas na hora

★ Resumo

Tipo textual é a estrutura linguística que predomina no texto; são poucos. Gênero textual é a forma concreta que o texto assume numa situação social, como notícia, crônica ou ofício; são muitos. A banca pede o tipo predominante, o gênero e a finalidade.

- **Cinco tipos:** narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo e injuntivo.
- **Marcas:** tempo verbal, pessoa do discurso e tipo de verbo denunciam o tipo.
- **Predominância:** um texto mistura sequências; classifica-se pela principal.
- **Gênero:** define-se pela finalidade e pela situação de uso.
- **Finalidade:** informar, convencer, orientar, narrar ou refletir.
- **Registro:** a linguagem coloquial afasta o gênero oficial.

Entenda

Tipo e gênero

O tipo é uma categoria abstrata: narrar, descrever, expor, argumentar, instruir. O gênero é o texto que circula: tem função social, suporte e forma relativamente estáveis. Um mesmo gênero combina vários tipos.

- **Tipo:** "o texto é predominantemente narrativo".
- **Gênero:** "o texto é uma crônica".

> *Ex.: uma carta pessoal é gênero; dentro dela predominam sequências narrativas ("Aqui cheguei", "Fui visitar o lajedo") e descritivas (a rotina e as cores do lugar).*

Narrativo e descritivo

- **Narrativo:** conta fatos em sequência temporal. Marcas: verbos de ação, pretérito perfeito, personagens, narrador.
- **Descritivo:** caracteriza seres, lugares e situações. Marcas: verbos de estado, pretérito imperfeito ou presente, adjetivos.
- > *Pulou o muro, subiu na árvore e se estrepou.* (ações sucessivas: narração)
- > *A casa era baixa, de paredes caiadas e janelas azuis.* (características: descrição)

A narração em primeira pessoa, com verbos no passado, evoca memórias do narrador-personagem.

> *Ex.: classificar como descritiva uma estrofe feita de ações sucessivas está errado.*

Expositivo e argumentativo

- **Expositivo:** informa e explica, sem defender posição. Marcas: presente atemporal, terceira pessoa, definições, dados, linguagem denotativa.

- **Argumentativo:** defende uma tese e a sustenta. Marcas: juízos de valor, conectores de causa, conclusão e oposição, refutação de ideias contrárias.
- *Notícias falsas costumam ser definidas como informações fabricadas.* (exposição)
- *O dualismo não foi um capricho: fundamentava-se em argumento lógico.* (argumentação)

Os dois são chamados de dissertativos. A diferença está em haver, ou não, tese defendida.

> *Ex.: um período que afirma uma posição e a justifica, rebatendo críticas, é construído com base na tipologia argumentativa, ainda que o resto do texto seja expositivo.*

Injuntivo

O tipo injuntivo orienta a ação do leitor: instrui, ordena, aconselha. Marcas: imperativo, infinitivo com valor de ordem, passos em sequência. Aparece em receitas, manuais, editais e leis.

- *Reduza a velocidade. Mantenha distância do veículo à frente.*

> Texto que relata estudos, com verbos no indicativo, não é injuntivo. *Deve ser explicado*, dito de um fenômeno, expressa necessidade teórica, e não instrução ao leitor.

> *Ex.: o item que vê sequências injuntivas em cada parágrafo de um texto acadêmico expositivo está errado.*

Predominância

Quase todo texto mistura sequências. A classificação se faz pela que predomina e pela finalidade do conjunto.

> *Ex.: uma crônica que conta um caso para criticar um costume tem trechos narrativos, mas pode ser predominantemente argumentativa.*

Gêneros de opinião e de informação

- **Notícia:** relato objetivo de fato recente, em terceira pessoa.
- **Reportagem:** aprofunda o tema, ouve fontes e especialistas, traz dados.
- **Editorial:** opinião do veículo, sem assinatura.
- **Artigo de opinião:** opinião assinada pelo autor.
- **Resenha:** descreve e avalia criticamente uma obra.
- **Entrevista:** alternância de pergunta e resposta, marcada por travessões ou pelos nomes dos interlocutores.

> *Ex.: texto que relata fatos históricos e cita a fala de uma historiadora entre aspas é reportagem de divulgação. Não é resenha: não avalia uma obra.*

Crônica

A crônica é texto curto, que parte de um fato do cotidiano para uma reflexão pessoal, em linguagem leve, muitas vezes irônica. Pode ser narrativa ou argumentativa. A finalidade é refletir ou criticar, e não apenas informar.

> *Ex.: na PRF 2013, o item dizia que o objetivo de uma crônica irônica sobre a "bomba limpa" era informar o leitor sobre o surgimento da bomba. Errado: o texto critica.*

Gêneros oficiais e pessoais

A correspondência oficial segue o Manual de Redação da Presidência da República: impessoalidade, formalidade, norma-padrão e formato fixo. Bilhete, mensagem e carta pessoal têm interlocutor próximo e registro livre. O que define o gênero é a linguagem e o formato, e não o cargo dos interlocutores.

- **Bilhete:** *Fulano, dá uma conferida no relatório. Valeu!*

> *Ex.: mensagem coloquial trocada entre dois servidores não é correspondência oficial.*

Quadro

Tipo	Finalidade	Marcas
Narrativo	contar fatos	verbos de ação, pretérito perfeito, sequência temporal
Descritivo	caracterizar	verbos de estado, imperfeito, adjetivos
Expositivo	informar, explicar	presente, 3ª pessoa, definições
Argumentativo	convencer	tese, argumentos, conectores lógicos
Injuntivo	orientar a ação	imperativo, passos

Gênero	Traço que o identifica
Crônica	fato cotidiano e reflexão pessoal
Entrevista	pergunta e resposta
Editorial	opinião do veículo
Resenha	avaliação de uma obra
Reportagem	fatos, fontes e dados
Bilhete	informal, interlocutor próximo

Como a banca cobra

- "O texto constitui exemplo de correspondência oficial, pois apresenta a formalidade exigida pelo MRPR para a comunicação entre servidores." → **errado**, diante de bilhete coloquial.
- "O objetivo do texto, de caráter predominantemente dissertativo, é informar o leitor a respeito do surgimento da 'bomba limpa'." → **errado** (crônica irônica: critica).
- "O uso dos travessões no início dos parágrafos é um dos indicativos de que o gênero é entrevista." → **certo**.
- "O texto, predominantemente narrativo e desenvolvido com base em um fato do cotidiano do narrador, caracteriza-se como crônica." → **certo**.
- "Predominam no texto sequências textuais injuntivas." → **errado**, em texto acadêmico que relata estudos.
- "É correto classificar o texto como resenha, visto que sua estrutura se fundamenta na análise de outros textos." → **errado**, em reportagem de divulgação.
- "Na penúltima estrofe, predominam sequências descritivas." → **errado**, se há sucessão de ações.
- **Detalhe que derruba o item:** a finalidade atribuída ao texto (informar em vez de criticar) ou a confusão entre tipo e gênero.

Revisão rápida

- [ ] **Qual a diferença entre tipo e gênero?** Tipo é a estrutura predominante; gênero é o texto concreto em uso.
- [ ] **Que marcas tem a narração?** Verbos de ação no pretérito perfeito e sequência temporal.
- [ ] **E a descrição?** Verbos de estado, imperfeito e adjetivos.
- [ ] **O que separa exposição de argumentação?** A tese defendida.
- [ ] **Como reconhecer o tipo injuntivo?** Imperativo e instruções ao leitor.
- [ ] **O que caracteriza a crônica?** Fato cotidiano e reflexão pessoal.
- [ ] **O que indicam travessões alternados de pergunta e resposta?** Entrevista.
- [ ] **Bilhete entre servidores é correspondência oficial?** Não; falta formalidade.

Mapa mental

Tipos e gêneros textuais

Tipos

- Narrativo: ações no pretérito
- Descritivo: estados, adjetivos
- Expositivo: informar
- Argumentativo: tese e argumentos
- Injuntivo: orientar a ação

Gêneros

- Forma social concreta
- Finalidade define o gênero
- Mistura tipos; vale o predominante

Exemplos

- Notícia informa
- Artigo de opinião convence, assinado
- Editorial: opinião do veículo
- Crônica reflete ou critica

Distinções

- Intergenericidade
- Servidores ≠ correspondência oficial

⚠ Pegadinha

- Crônica irônica para informar → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Qual a diferença entre tipo textual e gênero textual?	**Tipo textual** é uma estrutura (narração, descrição, dissertação, exposição, injunção). **Gênero textual** é a forma concreta de uso da linguagem numa situação social real (notícia, ofício, bilhete) — costuma mesclar vários tipos.
Que marcas indicam o gênero entrevista num fragmento?	Estrutura de **pergunta e resposta** com alternância de turnos marcada por **travessões** (ou por nomes/iniciais), 2.ª pessoa de tratamento ("o senhor"), marcas de oralidade, título/subtítulo do tipo "Uma conversa com...". Cebraspe: "os travessões indicam o gênero entrevista" → Certo quando marcam as falas de entrevistador e entrevistado.

Uma carta pessoal é de qual tipo textual?	Carta é **gênero**; os **tipos** são as sequências que a compõem — numa carta pessoal predominam **narração** ("Aqui cheguei", "Fui visitar") e **descrição** (o lugar, a rotina), com trechos injuntivos ("Diga a meu pai..."). Armadilha: confundir gênero (carta, crônica, notícia) com tipo (narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, injuntivo).
Narração × descrição: como distinguir, e o que caracteriza a crônica?	**Narração**: ações que se sucedem no tempo, verbos de ação, em geral no pretérito ("pulou o muro", "subiu na árvore", "se estrepou"). **Descrição**: características de seres/lugares, sem progressão temporal (verbos de estado, adjetivos). **Crônica**: texto curto, predominantemente narrativo, que parte de fato do cotidiano (muitas vezes memória pessoal, 1.ª pessoa) para uma reflexão, em linguagem leve (ex.: Rubem Braga).
Expositivo × argumentativo × injuntivo: qual a marca de cada tipo?	**Expositivo**: define, informa, explica ("X é definido como..."), 3.ª pessoa, presente, linguagem denotativa. **Argumentativo**: defende tese com justificativas, refuta posição contrária ("A verdade, porém, é que..."; "fundamentava-se em..."). **Injuntivo**: instrui/ordena o leitor (imperativo, "deve-se", passo a passo). Armadilha: texto acadêmico que relata estudos NÃO é injuntivo; "deve ser explicado" em tese teórica não é instrução ao leitor.
Resenha × reportagem: como diferenciar?	**Resenha**: descreve e **avalia criticamente uma obra específica** (livro, filme, peça). **Reportagem**: apura e relata fatos/tema com contexto, dados e **fontes ouvidas** (falas entre aspas de especialistas). Cebraspe: texto de revista de divulgação que relata história e cita historiadora → reportagem, não resenha.

Questões

gabarito comentado na p. 33

22

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Quanto ao tipo e ao gênero, o texto caracteriza-se como:

(A) texto injuntivo, do gênero manual de instruções.
(B) texto descritivo, do gênero retrato.
(C) texto narrativo literário, do gênero conto.
(D) texto poético, em versos.
(E) texto predominantemente expositivo, do gênero notícia, que relata dados de um estudo e suas recomendações.

23

INÉDITA FAROL

Ao contrário do que muitos imaginam, o servidor que atende o público não é um mero repassador de informações. Ele traduz normas, orienta caminhos e, muitas vezes, é o único rosto do Estado que o cidadão conhece. Por isso, a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço.

Quanto à tipologia predominante, o texto sobre o atendimento ao público é

(A) narrativo, pois relata uma sequência de fatos com personagens.
(B) descritivo, pois retrata as características físicas de um lugar.
(C) injuntivo, pois apresenta instruções passo a passo.
(D) dissertativo-argumentativo, pois defende um ponto de vista com argumentos.
(E) expositivo-instrucional, pois ensina a preencher um formulário.

24

INÉDITA FAROL

O texto que relata, em sequência temporal, as ações de personagens situadas em determinado tempo e espaço pertence predominantemente ao tipo:

(A) descritivo.
(B) narrativo.
(C) dissertativo-argumentativo.
(D) injuntivo.
(E) expositivo.

25

INÉDITA FAROL

O texto em que o autor defende um ponto de vista sobre um tema e o sustenta com argumentos, buscando convencer o leitor, pertence predominantemente ao tipo:

(A) narrativo.
(B) descritivo.
(C) injuntivo.
(D) dissertativo-argumentativo.
(E) expositivo.

26

INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

Predomina no texto o tipo textual:

(A) descritivo.
(B) narrativo.
(C) injuntivo.
(D) expositivo.
(E) dissertativo-argumentativo.

27

INÉDITA FAROL

Há quem veja na tecnologia a solução definitiva para a burocracia. Formulários eletrônicos, assinaturas digitais e atendimentos por aplicativo de fato encurtaram filas e reduziram o papel nas repartições. Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha o que é, no fundo, um problema de organização. Um processo mal desenhado continua lento, ainda que tramite em tela; uma exigência inútil continua inútil, mesmo quando pedida por e-mail. Digitalizar o atraso é apenas torná-lo mais rápido de reproduzir. A verdadeira modernização começa antes do computador: na pergunta, feita com honestidade, sobre por que cada etapa existe.

Texto autoral para fins didáticos.

Predomina no texto o tipo textual:

(A) narrativo.
(B) dissertativo-argumentativo.
(C) descritivo.
(D) injuntivo.
(E) expositivo, sem tomada de posição.

28 INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

Predomina no texto o tipo textual:

(A) injuntivo.
(B) narrativo, com narrador em primeira pessoa e tom de crônica.
(C) dissertativo-argumentativo.
(D) descritivo técnico.
(E) expositivo científico.

29 INÉDITA FAROL

"Para emitir a segunda via do documento, acesse o portal, clique em 'Serviços', informe o CPF e confirme os dados." Nesse trecho, predomina o tipo textual:

(A) narrativo.
(B) descritivo.
(C) injuntivo.
(D) dissertativo-argumentativo.
(E) expositivo.

30 INÉDITA FAROL

O artigo de opinião distingue-se do editorial por não trazer assinatura.

(C) Certo (E) Errado

31 INÉDITA FAROL

Há intergenericidade quando um gênero assume a forma de outro para produzir efeito.

(C) Certo (E) Errado

32 INÉDITA FAROL

O texto narrativo organiza-se pela relação de causa e consequência entre argumentos.

(C) Certo (E) Errado

33 INÉDITA FAROL

A notícia busca informar sobre fato recente e emprega linguagem predominantemente referencial.

(C) Certo (E) Errado

34

INÉDITA FAROL

> Fabiano, deixei os documentos da vistoria em cima da sua mesa. Se puder, dá uma conferida ainda hoje e me manda uma mensagem com o resultado. Valeu!

O texto acima constitui um exemplo de correspondência oficial, pois apresenta a formalidade e a impessoalidade exigidas pelo Manual de Redação da Presidência da República para a comunicação entre servidores públicos.

(C) Certo (E) Errado

35

INÉDITA FAROL

O editorial expressa a opinião do veículo de comunicação e não é assinado.

(C) Certo (E) Errado

36

INÉDITA FAROL

O texto dissertativo-argumentativo defende um ponto de vista com apoio em argumentos.

(C) Certo (E) Errado

Gabarito comentado · Língua Portuguesa

1 B 2 C 3 C 4 A 5 D 6 E 7 D 8 C 9 A 10 A 11 A 12 A 13 A 14 A 15 A 16 C 17 E 18 E 19 E 20 E 21 E 22 E 23 D 24 B 25 D 26 B 27 B 28 B 29 C 30 E 31 C 32 E 33 C 34 E 35 C 36 C

1 **B** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

"Sobretudo" equivale a "principalmente": destaca os comportamentos como o fator mais importante, depois de dizer que boas estradas não bastam. Não há oposição, conclusão, tempo ou condição.

2 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto conclui: "a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço". Logo, ela integra o serviço; não é opcional (A) nem substitui a orientação (E).

3 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O "Por isso" liga a proposta aos problemas citados no período anterior: comunicação mais lenta e dificuldade dos recém-chegados. A produtividade aumentou com o trabalho remoto, e não caiu (A). O modelo remoto continua nos demais dias (B). Punição (D) e custos (E) não são mencionados.

4 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto reconhece os ganhos da tecnologia ("de fato encurtaram filas"), mas sustenta que ela não resolve "sozinha" um problema de organização: a modernização "começa antes do computador", ao questionar por que cada etapa existe. Ele não diz que a tecnologia é inútil (B), não propõe abolir formulários (C) nem afirma que a burocracia acabou (D).

5 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Dizer que a engenharia "precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige" pressupõe que hoje ela olha sobretudo para o motorista. O texto atribui o risco à falta de estrutura, e não culpa os pedestres (A), e defende a iluminação (E).

6 **E** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Firmeza (manter limites) e rispidez (aspereza) são separadas: dá para ser firme sem ser grosseiro. O último período reforça isso: "Não se trata de aceitar desaforos", o que exclui (A) e (B).

7 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que "não houve obra de duplicação nem mudança no traçado" e atribui a queda à combinação de sinalização, radares e fiscalização frequente, "medidas simples, aplicadas com constância". A duplicação é expressamente negada (A); clima (B) e volume de veículos (C) não são mencionados como causa; nos fins de semana houve fiscalização, não proibição de tráfego (E).

8 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que a digitalização "não eliminou o trabalho de organizar" e que "tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível". O trabalho de organizar continua necessário (A); o texto iguala a facilidade de perda ("com a mesma facilidade"), não a compara a favor do eletrônico (B); os sistemas ajudam "desde que alguém tenha decidido antes" (D); as pilhas são cena de algumas décadas atrás (E).

9 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O último período afirma que "a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos". As campanhas apenas "ajudam" (A está errada), e o texto diz que o trânsito seguro não depende apenas de boas estradas (B).

10 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que cada etapa fica registrada no sistema, "o que permite acompanhar o processo de casa", e que o atendimento presencial foi "mantido para quem não tem acesso à rede". Isso contradiz (B) e (E). A mudança "exigiu treinamento dos servidores" (C). As filas e o retorno ao setor são descritos como coisa do passado (D).

11 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que o motorista cria "um risco que ultrapassa o próprio veículo" e lista ambulâncias, ciclistas, pedestres e colisões. A fiscalização "não a elimina" (B). A prática é citada nos feriados (C). Os especialistas defendem o acostamento livre (D). O texto menciona colisões (E).

12 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O servidor "poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos": ajustou o atendimento a quem "não confiava em computadores". Isso contraria (C) e (D). O texto não fala em recusa (B) e afirma que a lição não vem de treinamento (E).

13 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O primeiro período diz que os atropelamentos "se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros". As demais alternativas não têm apoio no texto.

14 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que ouvir, repetir com calma e explicar com clareza "costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta". Responder no mesmo tom (B) é a "tentação" a ser evitada, e o regulamento lido em voz alta (C) é apresentado como menos eficaz.

15 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O narrador reduz a velocidade "por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está": o gesto é memória afetiva. Ele diz que "ninguém mais desce do carro" (B) e não critica os celulares (C). O texto não diz que ele é agente (D), e o agente era "sempre o mesmo", conhecido da família (E).

16 **Certo** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolaç...

Certo. O primeiro parágrafo afirma que a criatividade "parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões" — ou seja, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa, ideia que o autor contesta a seguir ("Isso não é verdade").

17 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. Segundo o texto, Guilford sustenta que "a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente"; o texto não diz que ela resulta da combinação dos pensamentos convergente e divergente.

18 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O autor apenas expõe a proposta de Guilford e ainda informa que "essa explicação é a mais aceita pelos cientistas"; não há argumentação contra ela.

19 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto não compara a complexidade dos dois raciocínios para os seres humanos: descreve o convergente como estruturado (uma única solução) e o divergente como "mais fluido e caótico".

20 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto afirma que a IA generativa "cresce exponencialmente" e que essa expansão torna "essencial a adoção de medidas preventivas"; não diz que a adoção de medidas de segurança cresce no mesmo ritmo.

21 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto diz que imagens de famosos "são muito utilizadas por criminosos" e que o uso de deepfakes cresceu 830% no Brasil; não afirma que o Brasil lidera algum ranking mundial de fraudes.

22 **E** Tipos e gêneros textuais

O texto informa os dados de um levantamento ("divulgado nesta semana"), atribui as informações a fontes ("Segundo os técnicos", "Para os autores") e expõe recomendações: são marcas da notícia, com sequência predominantemente expositiva. Não há instruções diretas ao leitor (A), enredo ficcional (C) nem versos (D).

23 **D** Tipos e gêneros textuais

O texto defende uma tese (a cortesia é parte do serviço) e a sustenta com argumentos (o servidor traduz normas, é o rosto do Estado). Isso caracteriza o tipo dissertativo-argumentativo.

24 **B** Tipos e gêneros textuais

Personagens, ações em sequência temporal, tempo e espaço são os elementos da narração. A descrição (A) retrata características, sem progressão de ações. A dissertação-argumentação (C) defende um ponto de vista. O texto injuntivo (D) dá instruções, como manuais e receitas. A exposição (E) apresenta e explica informações sobre um tema.

25 **D** Tipos e gêneros textuais

Tese, argumentos e intenção de convencer caracterizam o tipo dissertativo-argumentativo, comum em editoriais e artigos de opinião. O expositivo (E) também trata de um tema, mas apenas informa e explica, sem defender posição. O narrativo (A) conta fatos, o descritivo (B) caracteriza, e o injuntivo (C) orienta ações.

26 **B** Tipos e gêneros textuais

Há personagens (Dona Lurdes e o servidor), marcação de tempo ("às sete e meia") e sequência de ações no passado (chegou, trazia, atendeu, saíram): é narração. Há trechos descritivos, como o conteúdo da sacola (A), e uma reflexão final, mas eles servem à narrativa.

27 **B** Tipos e gêneros textuais

O autor apresenta uma tese (a tecnologia sozinha não basta), contra-argumenta ("Há quem veja...", "Seria ingênuo, contudo...") e conclui com uma proposta. É o tipo dissertativo-argumentativo. Não há enredo (A), não há só caracterização (C), não há instruções (D), e há tomada de posição clara (E).

28 **B** Tipos e gêneros textuais

Há um narrador em 1.ª pessoa ("conheço", "passo", "reduzo"), fatos situados no tempo (o passado com o pai e o presente) e um tom reflexivo sobre o cotidiano, que é próprio da crônica. Não há instruções (A) nem defesa de tese (C).

29 **C** Tipos e gêneros textuais

O trecho orienta o leitor a agir, com verbos no imperativo ("acesse", "clique", "informe", "confirme"): é o tipo injuntivo (instrucional). Não relata fatos em sequência temporal (A), não caracteriza seres ou lugares (B), não defende tese (D) nem apenas explica um tema (E).

30 **Errado** Tipos e gêneros textuais

Errado. O item inverte a distinção: o artigo de opinião é assinado por seu autor, enquanto o editorial, por expressar a posição do veículo, não traz assinatura.

31 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. Há intergenericidade quando um gênero assume a forma de outro para produzir efeito de sentido, como um anúncio publicitário escrito à maneira de uma receita culinária.

32 **Errado** Tipos e gêneros textuais

Errado. A relação entre argumentos caracteriza a dissertação. O texto narrativo se organiza pela sucessão de ações no tempo, com personagens e acontecimentos encadeados.

33 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. A notícia tem como foco o relato de fato recente, sem opinião explícita do autor, e por isso emprega predominantemente linguagem referencial, voltada à informação.

34 **Errado** Tipos e gêneros textuais

Errado. O texto é um bilhete de caráter informal, marcado por linguagem coloquial ("dá uma conferida", "Valeu!") e tratamento pessoal e direto entre os interlocutores — características do gênero bilhete/mensagem informal, e não da correspondência oficial, que exige impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem e formalidade.

35 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. O editorial expressa a posição do próprio veículo de comunicação e, por isso, não traz assinatura individual; a assinatura é traço característico do artigo de opinião.

36 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. O texto dissertativo-argumentativo defende um ponto de vista com apoio em argumentos e costuma organizar-se em tese, desenvolvimento argumentativo e conclusão.

02

Conhecimentos em Direito

2 tópicos · 11 questões no caderno · 11 online

2.1 Crimes contra a Administração Pública — peculato e conceito de funcionário público ● 37

2.2 Crimes contra a fé pública — falsidade documental e adulteração de sinal identificador de veículo ● 44

● prioridade alta no edital

2.1 ITEM 6.6 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Crimes contra a Administração Pública — peculato e conceito de funcionário público

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

5 questões online
corrigidas na hora

Resumo

Os crimes funcionais (CP, arts. 312 a 326) são praticados por funcionário público contra a Administração. O conceito penal de funcionário público é amplo, e essa condição se estende ao particular que age com o servidor sabendo quem ele é.

- **Funcionário público (art. 327):** quem exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.
- **Peculato (art. 312):** apropriação, desvio ou subtração de bem, valendo-se do cargo. Reclusão de 2 a 12 anos.
- **Peculato culposo:** a reparação do dano antes da sentença irrecorrível extingue a punibilidade.
- **Concussão (art. 316):** exigir vantagem indevida.
- **Corrupção passiva (art. 317):** solicitar, receber ou aceitar promessa de vantagem indevida.
- **Prevaricação (art. 319):** descumprir ato de ofício por interesse ou sentimento pessoal, sem vantagem.

Entenda

Funcionário público para efeitos penais

É quem exerce cargo, emprego ou função pública, embora transitoriamente ou sem remuneração (CP, art. 327). Equipara-se a ele quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública (§ 1º). A pena é aumentada da terça parte para ocupantes de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público (§ 2º).

> *Ex.: o mesário, o estagiário do órgão e o empregado da terceirizada que atende no posto de emissão de documentos são funcionários públicos para a lei penal.*

Peculato-apropriação e peculato-desvio

O funcionário se apropria de dinheiro, valor ou outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio (CP, art. 312, caput): reclusão de 2 a 12 anos e multa. O bem pode ser de particular, desde que esteja sob a guarda da Administração. A posse em razão do cargo é o que distingue estas duas formas do peculato-furto.

> *Ex.: o policial fica com o celular apreendido que estava sob sua guarda (apropriação); o servidor usa a verba do setor para pagar a obra da casa de um amigo (desvio).*

Peculato-furto

Aplica-se a mesma pena ao funcionário que, sem ter a posse do bem, o subtrai ou concorre para que seja subtraído, valendo-se da facilidade que a qualidade de funcionário lhe proporciona (CP, art. 312, § 1º).

> *Ex.: Telma, servidora de outro setor, usa o crachá para entrar no almoxarifado fora do expediente e leva pneus novos. Comete peculato, embora não tivesse a posse dos bens.*

Peculato culposo e peculato mediante erro de outrem

No peculato culposo, o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem: detenção de 3 meses a 1 ano (art. 312, § 2º). A reparação do dano que precede a sentença irrecorrível extingue a punibilidade; a posterior reduz de metade a pena imposta (§ 3º). O benefício não alcança o peculato doloso. No peculato mediante erro de outrem, o funcionário se apropria de dinheiro ou utilidade que recebeu, no exercício do cargo, por erro de outra pessoa (art. 313): reclusão de 1 a 4 anos.

> *Ex.: o servidor esquece o cofre aberto e um terceiro furta o dinheiro. Se ele repõe o valor antes do trânsito em julgado, extingue-se a punibilidade; se repõe depois, a pena cai pela metade.*

Particular que age com o servidor

A condição de funcionário público é elementar do peculato e se comunica ao coautor ou partícipe que a conhece (CP, art. 30). O particular que a ignora responde pelo crime correspondente sem a elementar.

> *Ex.: Artur, servidor, subtrai dinheiro da repartição com a ajuda de Maria, que não sabe que ele é funcionário público. Artur responde por peculato; Maria, por furto.*

Concussão e corrupção passiva

Na concussão, o funcionário exige vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente (CP, art. 316). Na corrupção passiva, ele solicita ou recebe a vantagem, ou aceita promessa dela (art. 317). As duas têm pena de reclusão de 2 a 12 anos e multa e ocorrem ainda que o agente esteja fora da função ou não a tenha assumido, desde que aja em razão dela. São crimes formais: consumam-se com a exigência ou a solicitação, mesmo sem o recebimento. Na corrupção passiva, a pena aumenta de um terço se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional (§ 1º).

> *Ex.: aprovado em concurso e ainda não empossado, Rodrigo exige dinheiro de um empresário para "não criar problemas" quando assumir → concussão. O policial que aceita R$ 500,00 oferecidos pelo motorista para não lavrar a autuação → corrupção passiva, com aumento de um terço.*

Prevaricação, condescendência criminosa e advocacia administrativa

- **Prevaricação (art. 319):** retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Não há vantagem indevida; se houver, o crime é corrupção passiva.
- **Corrupção passiva privilegiada (art. 317, § 2º):** o funcionário cede a pedido ou influência de outrem, sem vantagem.
- **Condescendência criminosa (art. 320):** deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, ou não levar o fato à autoridade competente.
- **Advocacia administrativa (art. 321):** patrocinar interesse privado perante a Administração, valendo-se da qualidade de funcionário.

> *Ex.: o policial deixa de autuar o condutor porque é seu amigo de infância → prevaricação. Deixa de autuar porque recebeu dinheiro → corrupção passiva.*

Facilitação de contrabando ou descaminho

O funcionário que facilita, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho comete crime próprio (CP, art. 318): reclusão de 3 a 8 anos e multa. Ele não responde como partícipe do descaminho do art. 334; a lei criou tipo autônomo para o servidor, outra exceção à teoria monista.

> *Ex.: o servidor da fiscalização de fronteira libera, a pedido de um conhecido, caminhão que sabe carregado de eletrônicos sem recolhimento de tributos. Responde pelo art. 318; o dono da carga, por descaminho.*

§ Letra da lei

CP, art. 312 — "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa."

CP, art. 312, § 1º — "Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário."

CP, art. 312, § 3º — "No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta."

CP, art. 316 — "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa."

CP, art. 317 — "Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa."

CP, art. 319 — "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa."

CP, art. 327 — "Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública."

CP, art. 327, § 1º — "Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública."

Quadro

Peculato	Núcleo	Posse em razão do cargo?	Pena
Apropriação (art. 312, caput)	Apropriar-se	Sim	Reclusão de 2 a 12 anos
Desvio (art. 312, caput)	Desviar	Sim	Reclusão de 2 a 12 anos
Furto (art. 312, § 1º)	Subtrair ou concorrer para a subtração	Não; usa a facilidade do cargo	Reclusão de 2 a 12 anos
Culposo (art. 312, § 2º)	Concorrer culposamente para crime de outrem	—	Detenção de 3 meses a 1 ano
Mediante erro de outrem (art. 313)	Apropriar-se do que recebeu por erro	Recebe no exercício do cargo	Reclusão de 1 a 4 anos

O servidor deixa de agir	Crime
Porque exigiu vantagem	Concussão (art. 316)
Porque solicitou, recebeu ou aceitou promessa de vantagem	Corrupção passiva, com aumento de um terço (art. 317, § 1º)
A pedido ou por influência de outrem, sem vantagem	Corrupção passiva privilegiada (art. 317, § 2º)
Por interesse ou sentimento pessoal	Prevaricação (art. 319)
Por indulgência com subordinado	Condescendência criminosa (art. 320)

Como a banca cobra

- "Artur, servidor, subtraiu dinheiro da repartição em conluio com Maria, que desconhecia sua condição. Artur cometeu peculato e Maria, furto." → **certo** (a elementar ignorada não se comunica: art. 30).
- "A concussão se configura com a exigência de vantagem indevida; para a corrupção passiva, basta que o funcionário solicite ou receba a vantagem, ou aceite promessa de recebê-la." → **certo** (arts. 316 e 317).
- "O servidor que participa do descaminho, tendo o dever de reprimi-lo, responde por descaminho qualificado." → **errado** (facilitação de contrabando ou descaminho: art. 318).
- "No peculato culposo, a reparação do dano extingue a punibilidade, ainda que feita após o trânsito em julgado." → **errado** (só se precede a sentença irrecorrível; depois, reduz a pena de metade).
- "Comete prevaricação o funcionário que, em troca de vantagem indevida que recebeu, deixa de praticar ato de ofício." → **errado** (corrupção passiva com aumento de um terço).
- "Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública." → **certo** (art. 327, § 1º).
- "Comete peculato a servidora que subtrai bens da repartição valendo-se do cargo, ainda que não tivesse a posse deles." → **certo** (peculato-furto).
- "Quem exige vantagem indevida em razão de função que ainda não assumiu comete concussão." → **certo** (art. 316).
- **Detalhe que derruba o item:** o verbo (exigir, solicitar, receber), a existência de vantagem (corrupção) ou de mero interesse pessoal (prevaricação), "doloso" no lugar de "culposo" na reparação do dano e o conhecimento da condição de servidor pelo particular.

Revisão rápida

- ☐ **Quem é funcionário público para a lei penal?** Quem exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.
- ☐ **O que distingue o peculato-furto das outras formas?** O servidor não tem a posse do bem; usa a facilidade do cargo para subtrair.
- ☐ **Em que peculato a reparação do dano extingue a punibilidade?** Só no culposo, se precede a sentença irrecorrível.
- ☐ **Qual o verbo da concussão e os da corrupção passiva?** Exigir; solicitar, receber ou aceitar promessa.
- ☐ **Há concussão antes de assumir a função?** Sim, se a exigência é feita em razão dela.
- ☐ **O que separa a prevaricação da corrupção passiva?** Na prevaricação não há vantagem indevida, só interesse ou sentimento pessoal.
- ☐ **Servidor que facilita descaminho responde por qual crime?** Facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318).
- ☐ **O particular que ignora a condição de servidor do comparsa responde por peculato?** Não; responde por furto.

Mapa mental

Crimes funcionais

Funcionário público (art. 327)
- Cargo, emprego ou função
- Ainda que transitório ou sem remuneração
- Equiparados: paraestatais e conveniadas
- Comissionado: pena +1/3

Peculato (art. 312)
- Apropriação ou desvio: 2 a 12 anos
- Peculato-furto: facilidade do cargo
- Mediante erro de outrem (313)

Peculato culposo
- Reparar antes da sentença: extingue
- Depois: reduz pela metade

Concussão × corrupção passiva
- Concussão: exigir
- Passiva: solicitar, receber, aceitar

Distinções
- Particular que não sabe: furto
- Facilitar descaminho: art. 318

⚠ Pegadinha
- Reparação extingue o peculato doloso → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Peculato com particular: a condição de funcionário público se comunica ao coautor/partícipe?	Sim, por ser **elementar** do crime (CP, art. 30) — mas só se o particular **conhece** essa condição. Se a **desconhece**, responde pelo crime sem a elementar (ex.: **furto**, art. 155), e o servidor por **peculato** (art. 312).

Concussão × corrupção passiva: quais os verbos?	**Concussão (art. 316): exigir** vantagem indevida. **Corrupção passiva (art. 317): solicitar ou receber** vantagem indevida, ou **aceitar promessa** dela. Ambas: em razão da função, ainda que fora dela ou antes de assumi-la.
Servidor que, com infração de dever funcional, facilita descaminho responde por qual crime?	**Facilitação de contrabando ou descaminho** (CP, art. 318; reclusão de 3 a 8 anos). Não existe "descaminho qualificado" pela condição de servidor.
Funcionário público para fins penais (CP, art. 327): quem é e qual a majorante?	Quem exerce **cargo, emprego ou função pública**, ainda que **transitoriamente ou sem remuneração**. Equipara-se quem trabalha em **entidade paraestatal** e em **empresa prestadora de serviço contratada** para atividade típica. Pena **aumenta de 1/3** para ocupantes de **cargo em comissão ou função de direção**.
Peculato (CP, art. 312): quais as modalidades e a pena do peculato doloso?	**Peculato-apropriação** e **peculato-desvio** (2 a 12 anos), **peculato-furto** (§ 1º) e **peculato culposo** (§ 2º, detenção de 3 meses a 1 ano). A **reparação do dano** antes da sentença **extingue a punibilidade** (culposo); depois, **reduz de metade**.
Excesso de exação (CP, art. 316, § 1º): o que configura?	O funcionário **exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido**, ou emprega **meio vexatório ou gravoso** que a lei não autoriza na cobrança. Reclusão de **3 a 8 anos**.

? Questões

gabarito comentado na p. 51

37 INÉDITA FAROL

Situação hipotética: Aprovado em concurso e já nomeado para cargo de fiscal em um órgão público, mas antes de tomar posse, Rodrigo procurou o dono de uma empresa sujeita à fiscalização do órgão e exigiu dele pagamento mensal em dinheiro, sob a alegação de que, quando assumisse o cargo, poderia criar dificuldades para a empresa.

Nessa situação, Rodrigo cometeu o crime de concussão, embora ainda não tivesse assumido a função.

(C) Certo (E) Errado

38 INÉDITA FAROL

No peculato culposo, a reparação do dano extingue a punibilidade, ainda que realizada após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

(C) Certo (E) Errado

39 INÉDITA FAROL

Comete o crime de prevaricação o funcionário público que, em troca de vantagem indevida que recebeu, deixa de praticar ato de ofício.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

40 INÉDITA FAROL

Situação hipotética: Telma, servidora pública lotada no setor de protocolo de um órgão federal, não tinha a posse nem a guarda dos notebooks do órgão, que ficavam no almoxarifado. Valendo-se do crachá funcional, que lhe permitia livre acesso às dependências da repartição, ela entrou no almoxarifado fora do expediente e subtraiu, para si, dois notebooks.

Nessa situação, Telma cometeu o crime de peculato, ainda que não tivesse a posse dos bens subtraídos.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

41 INÉDITA FAROL

Equipara-se a funcionário público, para os efeitos penais, quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da administração pública.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

2.2 ITEM 6.5 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Crimes contra a fé pública — falsidade documental e adulteração de sinal identificador de veículo

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

6 questões online
corrigidas na hora

Resumo

Fé pública é a confiança coletiva na autenticidade de moedas, documentos e sinais. Os crimes são formais: consumam-se com a falsificação ou o uso, sem exigir prejuízo. Na abordagem rodoviária, três condutas concentram a cobrança: documento falso, falsa identidade e veículo com sinal identificador adulterado.

- **Falsificação de documento público (art. 297):** falsificar ou alterar CNH, CRLV, RG. Reclusão de 2 a 6 anos.
- **Falsidade ideológica (art. 299):** documento autêntico com conteúdo falso.
- **Uso de documento falso (art. 304):** pena da falsificação; o falsificador que usa responde só pela falsificação.
- **Falsa identidade (art. 307):** típica mesmo quando alegada a autodefesa.
- **Adulteração de sinal identificador de veículo (art. 311):** adulterar, remarcar ou suprimir, sem autorização. Reclusão de 3 a 6 anos.

Entenda

Falsidade material e falsidade ideológica

Na falsidade material, o vício está na forma: o agente fabrica documento que não existia ou altera documento verdadeiro (CP, arts. 297 e 298). Na falsidade ideológica, o documento é autêntico na forma, mas traz declaração falsa ou omite a que devia constar, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (art. 299). A pena da ideológica é de reclusão de 1 a 5 anos em documento público e de 1 a 3 em particular.

> *Ex.: imprimir um CRLV em casa ou rasurar a categoria da CNH é falsidade material. Declarar endereço falso ao Detran para obter documento verdadeiro é falsidade ideológica.*

Documento público e documento particular

Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: reclusão de 2 a 6 anos e multa (art. 297). Se o agente é funcionário público e se prevalece do cargo, a pena aumenta de sexta parte (§ 1º). Equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular (§ 2º). A falsificação de documento particular tem pena de 1 a 5 anos (art. 298); o cartão de crédito ou débito se equipara a documento particular (parágrafo único).

> *Ex.: clonar cartão de crédito → art. 298. Falsificar cheque (título transmissível por endosso) → art. 297.*

Uso de documento falso

Quem faz uso de papel falsificado ou alterado recebe a pena cominada à falsificação (CP, art. 304). Se o próprio falsificador usa o documento, responde só pela falsificação: o uso é pós-fato impunível, conforme o STJ. O crime existe ainda que o agente só exiba o documento porque o policial o exigiu.

> *Ex.: o condutor compra uma CNH falsa e a apresenta na fiscalização → uso de documento falso, com a pena do art. 297. Se ele mesmo a tivesse falsificado, responderia só pelo art. 297.*

Falsa identidade e uso de documento de identidade alheia

Falsa identidade é atribuir-se, ou atribuir a terceiro, identidade falsa para obter vantagem ou causar dano (CP, art. 307): detenção de 3 meses a 1 ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave. O agente não usa documento; apenas mente sobre quem é. A conduta é típica perante autoridade policial, ainda que em alegada autodefesa (Súmula 522 do STJ). Quem usa como próprio documento de identidade alheio verdadeiro comete o crime do art. 308.

> *Ex.: abordado, o foragido dá o nome do irmão para esconder o mandado de prisão → falsa identidade. Se entrega o RG verdadeiro do irmão → art. 308. Se entrega RG falsificado → art. 304.*

Adulteração de sinal identificador de veículo

É adulterar, remarcar ou suprimir número de chassi, monobloco, motor, placa de identificação ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, de semirreboque ou de suas combinações, sem autorização do órgão competente (CP, art. 311): reclusão de 3 a 6 anos e multa. A pena aumenta de um terço se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela (§ 1º). O tipo não exige finalidade de fraude nem prejuízo. Para o STJ, a adulteração grosseira, como a fita isolante na placa, continua típica.

> *Ex.: trocar a placa de um carro roubado pela de outro igual, raspar o número do motor ou cobrir um dígito da placa com fita para fugir do radar.*

Figuras equiparadas e forma comercial do art. 311

Incorrem nas mesmas penas do caput (§ 2º):

- o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial;
- quem adquire, guarda, fabrica ou fornece aparelho ou objeto especialmente destinado à adulteração;
- quem adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, desmonta, vende ou de qualquer forma utiliza veículo ou partes com sinal identificador que devesse saber estar adulterado ou remarcado.

Se as duas últimas condutas ocorrem no exercício de atividade comercial ou industrial, ainda que irregular ou clandestina, a pena é de reclusão de 4 a 8 anos e multa (§§ 3º e 4º).

> *Ex.: Sérgio compra por um terço do preço de mercado uma caminhonete sem documentos e com chassi visivelmente lixado, e passa a usá-la. Incorre nas penas do art. 311. O dono de desmanche que vende as peças responde pela forma comercial.*

Regravação autorizada do chassi

O CTB admite a regravação do chassi, mantida a mesma identificação anterior, com prévia autorização da autoridade executiva de trânsito (art. 114, § 2º). Com autorização, falta um elemento do art. 311 e não há crime.

> *Ex.: a corrosão apaga parte do chassi; o proprietário obtém a autorização do Detran e regrava o mesmo número em estabelecimento credenciado → conduta lícita.*

Concurso entre adulteração e falsificação do documento

Remarcar o chassi e falsificar o certificado de registro do veículo são condutas distintas, sobre objetos distintos: o sinal identificador (art. 311) e o documento público (art. 297). Há concurso material, não crime único.

> *Ex.: a quadrilha remarca o chassi do carro roubado e imprime um CRV falso com o novo número → responde pelos dois crimes, com as penas somadas.*

Moeda falsa

Falsificar, fabricando ou alterando, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro: reclusão de 3 a 12 anos e multa (CP, art. 289). Na mesma pena incorre quem importa, exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa (§ 1º). Quem recebe a nota de boa-fé e a restitui à circulação depois de conhecer a falsidade tem pena menor: detenção de 6 meses a 2 anos (§ 2º).

> *Ex.: na revista do veículo, a equipe encontra um maço de cédulas falsas de R$ 100,00 sob o banco → o condutor que as guarda, sabendo da falsidade, responde pelo art. 289, § 1º.*

§ Letra da lei

CP, art. 297 — "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa."

CP, art. 298, parágrafo único — "Para fins do disposto no caput, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito."

CP, art. 304 — "Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302: Pena - a cominada à falsificação ou à alteração."

CP, art. 307 — "Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave."

CP, art. 311 — "Adulterar, remarcar ou suprimir número de chassi, monobloco, motor, placa de identificação, ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, de semirreboque ou de suas combinações, bem como de seus componentes ou equipamentos, sem autorização do órgão competente: Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa."

CP, art. 311, § 1º — "Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço."

Súmula 522 do STJ — "A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa."

Quadro

Na abordagem, o condutor	Crime
Apresenta CNH ou CRLV falso que comprou	Uso de documento falso (art. 304), com a pena do art. 297
Apresenta CNH que ele mesmo falsificou	Só falsificação de documento público (art. 297)
Dá nome falso, sem documento	Falsa identidade (art. 307)
Entrega documento verdadeiro de outra pessoa	Uso de documento de identidade alheia (art. 308)
Conduz veículo com chassi ou placa que devia saber adulterado	Art. 311, § 2º, III
Remarcou o chassi e falsificou o CRV	Arts. 311 e 297, em concurso material

Como a banca cobra

- "A remarcação de novo número no chassi e a falsificação do certificado de registro do veículo caracterizam crime único de falsificação de documento público." → **errado** (concurso material: arts. 311 e 297).
- "A remarcação do chassi com o mesmo número original caracteriza crime contra a fé pública e infração de trânsito." → **errado** (gabarito da PRF 2021: a regravação da mesma identificação, autorizada, é lícita; o art. 311 pune a feita sem autorização).
- "Quem conduz veículo com sinal identificador que devia saber adulterado incorre nas mesmas penas da adulteração." → **certo** (art. 311, § 2º, III).
- "O agente que falsifica a própria CNH e a apresenta ao policial responde, em concurso material, por falsificação e uso." → **errado** (o uso pelo falsificador é pós-fato impunível).
- "Atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial para ocultar maus antecedentes não é crime, por ser autodefesa." → **errado** (Súmula 522 do STJ).
- "O cartão de crédito ou de débito equipara-se a documento público." → **errado** (a documento particular: art. 298, parágrafo único).
- "A adulteração de placa, sem autorização do órgão competente, é punida com reclusão de 3 a 6 anos e multa, aumentada de um terço se cometida no exercício da função pública ou em razão dela." → **certo** (art. 311, caput e § 1º).
- **Detalhe que derruba o item:** "crime único" onde há concurso; exigência de prejuízo ou de fim de fraude; "documento público" para o cartão; a autorização do órgão de trânsito; quem falsificou o documento usado.

Atualização normativa

- **Lei nº 14.562/2023:** reescreveu o art. 311. Incluiu veículos elétricos, híbridos, reboques, semirreboques e combinações, o verbo "suprimir", a exigência de falta de autorização do órgão competente, as figuras equiparadas do § 2º (entre elas a de quem conduz o veículo adulterado) e a forma comercial dos §§ 3º e 4º. Antes dela, conduzir o veículo adulterado por terceiro não se enquadrava no art. 311.

Revisão rápida

- [ ] **Os crimes contra a fé pública exigem prejuízo?** Não; são formais.
- [ ] **Qual a pena de quem usa documento falso?** A cominada à falsificação (art. 304).
- [ ] **O falsificador que usa o documento responde por dois crimes?** Não; só pela falsificação.
- [ ] **Dar nome falso ao policial é autodefesa?** Não; é falsa identidade (Súmula 522 do STJ).
- [ ] **Quais os verbos e a pena do art. 311?** Adulterar, remarcar ou suprimir, sem autorização; reclusão de 3 a 6 anos e multa.
- [ ] **Quem só conduz o veículo adulterado responde?** Sim, se devia saber da adulteração (art. 311, § 2º, III).
- [ ] **Remarcar chassi e falsificar o CRV: quantos crimes?** Dois, em concurso material.
- [ ] **Cartão de crédito é documento público ou particular?** Particular, por equiparação.

Mapa mental

Crimes contra a fé pública

Natureza
- Crimes formais
- Não exigem prejuízo

Documento público (297)
- Falsificar CRLV, CNH: 2 a 6 anos

Uso de documento falso (304)
- Pena da falsificação
- Falsificador que usa: só falsificação

Sinal identificador (311)
- Adulterar, remarcar ou suprimir: 3 a 6
- Conduzir sabendo adulterado: mesmas penas
- Atividade comercial: 4 a 8

Distinções
- Chassi + CRV falso: concurso material
- Adulteração grosseira: crime
- Regravação autorizada: lícita

⚠ Pegadinha
- Chassi e CRV como crime único → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Remarcar o chassi e falsificar o certificado de registro (CRV) do veículo: crime único?	Não. **Concurso material**: adulteração de sinal identificador (**CP, art. 311**) + falsificação de documento público (**CP, art. 297**) — objetos materiais e condutas distintos.
Regravar o chassi com o mesmo número original é sempre crime?	**Não necessariamente.** O CTB admite regravação, **mantida a mesma identificação**, com prévia autorização da autoridade de trânsito e por estabelecimento credenciado (art. 114, § 2º); o art. 311 do CP pune a adulteração/remarcação **sem autorização**. Gabarito PRF 2021: Errado para "crime + infração de trânsito".

Falsificação de documento público (CP, art. 297) × particular (art. 298): quais as penas?	**Público:** reclusão de **2 a 6 anos** e multa. **Particular:** reclusão de **1 a 5 anos** e multa. A pena do público é **aumentada de 1/6** se o agente é **funcionário** que se prevalece do cargo.
Falsidade material × ideológica (CP, arts. 297 e 299): como se distinguem?	**Material: altera ou forma** o documento (falsifica o **suporte físico**). **Ideológica:** o documento é **autêntico**, mas o **conteúdo** é **falso** (insere declaração falsa).
Uso de documento falso (CP, art. 304): qual a pena e quem responde?	**Mesma pena** da falsificação respectiva. Responde quem **usa** o documento falso; **autor da falsificação** que também o usa responde só pela **falsificação** (para o STJ, **concurso** com o uso é absorvido).
Súmula 73 do STJ: o que diz sobre papel-moeda grosseiramente falsificado?	**Estelionato**, competência da **Justiça Estadual**. A **falsificação grosseira** não configura moeda falsa (art. 289), pois **incapaz de iludir**.

? Questões

gabarito comentado na p. 51

42 INÉDITA FAROL

O agente que falsifica a própria carteira nacional de habilitação e, depois, a apresenta a policial rodoviário federal durante fiscalização responde, em concurso material, pelos crimes de falsificação de documento público e de uso de documento falso.

(C) Certo (E) Errado

43 INÉDITA FAROL

Situação hipotética: Em fiscalização em rodovia federal, policiais rodoviários federais verificaram que o automóvel conduzido por Sérgio tinha o número do chassi remarcado. Apurou-se que Sérgio não fizera a remarcação, mas comprara o carro por menos da metade do preço de mercado, sem documentação, de pessoa desconhecida, de modo que devia saber que o sinal identificador estava adulterado.

Nessa situação, Sérgio incorre nas mesmas penas cominadas ao crime de adulteração de sinal identificador de veículo.

(C) Certo (E) Errado

44 INÉDITA FAROL

Não configura crime a conduta de atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial para ocultar maus antecedentes, pois o agente atua em exercício do direito de autodefesa.

(C) Certo (E) Errado

45 INÉDITA FAROL

Para os efeitos penais, o cartão de crédito ou de débito equipara-se a documento público, de modo que sua falsificação configura o crime do art. 297 do Código Penal.

(C) Certo (E) Errado

46 INÉDITA FAROL

Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou alterar documento público verdadeiro é crime previsto no art. 297 do Código Penal.

(C) Certo (E) Errado

47 INÉDITA FAROL

A adulteração de placa de identificação de veículo automotor, sem autorização do órgão competente, é punida com reclusão de 3 a 6 anos e multa, e a pena é aumentada de um terço se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela.

(C) Certo (E) Errado

Gabarito comentado · Conhecimentos em Direito

37 C **38** E **39** E **40** C **41** C **42** E **43** C **44** E **45** E **46** C **47** C

37 **Certo** Crimes contra a Administração Pública — peculato e ...

Certo. CP, art. 316: exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida — reclusão de 2 a 12 anos e multa. O núcleo exigir distingue a concussão da corrupção passiva (solicitar, receber ou aceitar promessa — art. 317).

38 **Errado** Crimes contra a Administração Pública — peculato e...

Errado. CP, art. 312, § 3º: no peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

39 **Errado** Crimes contra a Administração Pública — peculato e...

Errado. A prevaricação (CP, art. 319) ocorre quando o funcionário retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, sem mercancia da função. Se recebe vantagem indevida e, em consequência, deixa de praticar ato de ofício, há corrupção passiva com a pena aumentada de um terço (art. 317, § 1º).

40 **Certo** Crimes contra a Administração Pública — peculato e ...

Certo. CP, art. 312, § 1º (peculato-furto): aplica-se a mesma pena do peculato (reclusão de 2 a 12 anos e multa) se o funcionário, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

41 **Certo** Crimes contra a Administração Pública — peculato e ...

Certo. CP, art. 327, § 1º. O caput considera funcionário público quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

42 **Errado** Crimes contra a fé pública — falsidade documental ...

Errado. Segundo o entendimento consolidado do STJ, quando o próprio falsificador usa o documento, o uso (CP, art. 304) é pós-fato impunível, absorvido pela falsificação (art. 297); ele responde apenas pela falsificação de documento público (reclusão de 2 a 6 anos e multa).

43 **Certo** Crimes contra a fé pública — falsidade documental e ...

Certo. CP, art. 311, § 2º, III (redação da Lei 14.562/2023): incorre nas mesmas penas do caput (reclusão de 3 a 6 anos e multa) quem adquire, conduz ou de qualquer forma utiliza veículo com chassi, placa ou qualquer sinal identificador que devesse saber estar adulterado ou remarcado.

44 **Errado** Crimes contra a fé pública — falsidade documental ...

Errado. Súmula 522 do STJ: a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa. Configura o crime do CP, art. 307.

45 **Errado** Crimes contra a fé pública — falsidade documental ...

Errado. CP, art. 298, parágrafo único: o cartão de crédito ou débito equipara-se a documento particular; sua falsificação configura falsificação de documento particular (reclusão de 1 a 5 anos e multa). Os equiparados a documento público estão no art. 297, § 2º (documento de entidade paraestatal, título ao portador ou transmissível por endosso, ações de sociedade comercial, livros mercantis e testamento particular).

46 **Certo** Crimes contra a fé pública — falsidade documental e ...

Certo. O art. 297 do Código Penal tipifica a falsificação de documento público nas duas formas citadas no item, falsificar no todo ou em parte e alterar documento verdadeiro, protegendo a fé pública.

47 **Certo** Crimes contra a fé pública — falsidade documental e ...

Certo. CP, art. 311, caput (adulterar, remarcar ou suprimir número de chassi, placa de identificação ou qualquer sinal identificador de veículo, sem autorização do órgão competente — reclusão de 3 a 6 anos e multa) e § 1º (aumento de um terço no exercício da função pública ou em razão dela).

Simulado final

10 questões de múltipla escolha das disciplinas do edital, na proporção do peso de cada uma. Tempo sugerido: **70 minutos**. Marque na folha de respostas e confira no gabarito comentado, ou faça online e veja a nota projetada para a prova inteira.

Faça este simulado online
correção e nota projetada na hora

S1 INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho "como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está", há a figura de linguagem denominada:

(A) hipérbole.
(B) eufemismo.
(C) antítese.
(D) metonímia.
(E) comparação.

S2 INÉDITA FAROL

Assinale a alternativa em que a vírgula foi empregada para isolar oração subordinada adverbial anteposta à principal.

(A) Os servidores, cansados, saíram mais cedo.
(B) Senhor Diretor, encaminho o relatório.
(C) Comprei papel, toner e envelopes.
(D) Quando o sistema voltou, todos os pedidos foram registrados.
(E) Brasília, capital federal, sediou o evento.

S3 INÉDITA FAROL

Na frase "O servidor chegou cedo e saiu tarde do expediente", as palavras "cedo" e "tarde" pertencem à classe dos:

(A) adjetivos, pois qualificam o substantivo "servidor".
(B) substantivos, pois nomeiam períodos do dia.
(C) advérbios, pois indicam circunstância de tempo dos verbos.
(D) pronomes, pois substituem um nome já citado.
(E) conjunções, pois ligam as duas orações.

S4 INÉDITA FAROL

Assinale a alternativa que respeita a regência verbal da norma-padrão.

(A) O motorista não obedeceu o sinal de parada.
(B) Prefiro mais trabalhar no atendimento do que no arquivo.
(C) Chegamos no setor de protocolo às oito horas.
(D) Os agentes assistiram ao treinamento sobre o novo sistema.
(E) Esqueci do número do processo.

S5 INÉDITA FAROL

A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até

(A) 5 dias úteis, contados da decisão que a determinar.
(B) 2 dias corridos, contados da distribuição da petição.
(C) 10 dias corridos, contados da distribuição da petição.
(D) 15 dias úteis, contados da decisão que a determinar.
(E) 2 dias úteis, contados da decisão que a determinar.

S6 INÉDITA FAROL

Segundo o art. 12, § 2º, da Constituição Federal, a lei:

(A) pode criar livremente distinções entre brasileiros natos e naturalizados.

(B) pode exigir a condição de brasileiro nato para qualquer cargo público.

(C) deve tratar o naturalizado como estrangeiro para fins eleitorais.

(D) não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na própria Constituição.

(E) pode impedir o naturalizado de votar.

S7 INÉDITA FAROL

Na tutela cautelar antecedente, efetivada a medida, o pedido principal deve ser formulado em

(A) 30 dias.

(B) 5 dias.

(C) 10 dias.

(D) 15 dias.

(E) 60 dias.

S8 INÉDITA FAROL

De acordo com o art. 5º do Regimento Interno do TJSP, o Tribunal Pleno será convocado previamente

(A) pelo Corregedor Geral da Justiça, por ofício a cada desembargador.

(B) pelo Órgão Especial, em sessão pública.

(C) pelo decano do Tribunal, por simples aviso interno.

(D) pelo Conselho Superior da Magistratura, com publicação em edital.

(E) pelo Presidente do Tribunal, com edital no órgão oficial, ou, havendo omissão, pelo Vice-Presidente.

S9 INÉDITA FAROL

Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, ressalvadas as medidas cautelares e antecipatórias, só caberá recurso contra

(A) qualquer decisão interlocutória.

(B) qualquer despacho de mero expediente.

(C) a sentença.

(D) o ato do conciliador.

(E) a decisão que designa audiência.

S10 INÉDITA FAROL

O escrivão que, sem justo motivo, se recusa a cumprir no prazo os atos impostos pela lei

(A) responde apenas disciplinarmente, vedada a responsabilidade civil.

(B) responde objetiva e diretamente perante a parte, sem regresso.

(C) fica isento se agiu por ordem verbal de colega.

(D) só responde se houver dolo específico reconhecido em ação penal.

(E) responde civil e regressivamente.

Folha de respostas

S1 (A) (B) (C) (D) (E)	**S2** (A) (B) (C) (D) (E)	**S3** (A) (B) (C) (D) (E)	**S4** (A) (B) (C) (D) (E)
S5 (A) (B) (C) (D) (E)	**S6** (A) (B) (C) (D) (E)	**S7** (A) (B) (C) (D) (E)	**S8** (A) (B) (C) (D) (E)
S9 (A) (B) (C) (D) (E)	**S10** (A) (B) (C) (D) (E)		

Gabarito comentado do simulado

S1 E **S2** D **S3** C **S4** D **S5** E **S6** D **S7** A **S8** E **S9** C **S10** E

S1 **E** Figuras de linguagem

O conectivo "como" aproxima explicitamente dois termos (reduzir a velocidade e cumprimentar alguém): é comparação, ou símile. Na metáfora, a aproximação é feita sem conectivo. Não há exagero (A), suavização (B) nem oposição de ideias (C).

S2 **D** Pontuação — emprego da vírgula

"Quando o sistema voltou" é oração adverbial temporal anteposta, isolada por vírgula. Em (A), a vírgula isola um predicativo intercalado. Em (B), um vocativo. Em (C), separa uma enumeração. Em (E), isola um aposto.

S3 **C** Classes de palavras — emprego e valor no contexto

"Cedo" e "tarde" modificam os verbos "chegou" e "saiu", indicando quando as ações ocorreram: são advérbios de tempo, invariáveis. Não qualificam "servidor" (A). "Tarde" só é substantivo quando nomeia o período do dia, com artigo ("a tarde") (B). Quem liga as orações é o "e" (E).

S4 **D** Regência verbal e nominal

"Assistir" no sentido de ver/presenciar é transitivo indireto: "assistiram ao treinamento". O correto seria "obedeceu ao sinal" (A), "Prefiro trabalhar no atendimento a trabalhar no arquivo" (B), "Chegamos ao setor" (C) e "Esqueci o número" ou "Esqueci-me do número" (E).

S5 **E** CPC: citação e intimações (arts. 238 a 275)

O art. 246 do CPC prevê a citação preferencialmente eletrônica, em até 2 dias úteis contados da decisão. A opção dos 5 dias úteis é tentadora por lembrar o termo inicial do prazo na citação eletrônica, previsto no art. 231, IX.

S6 **D** Nacionalidade

Art. 12, § 2º: só a Constituição distingue natos e naturalizados, nos cargos privativos (art. 12, § 3º), na extradição (art. 5º, LI), na composição do Conselho da República (art. 89, VII) e na propriedade de empresa jornalística (art. 222). A lei não pode criar outras distinções (A, B), e o naturalizado vota e pode ser votado (C, E).

S7 **A** CPC: tutela provisória (arts. 294 a 311)

O art. 308 do CPC concede 30 dias para formular o pedido principal depois de efetivada a tutela cautelar antecedente. O prazo de 5 dias atrai, mas é o que o art. 306 dá ao réu para contestar.

S8 **E** Regimento Interno do TJSP: organização do Tribunal

O art. 5º do Regimento atribui a convocação do Pleno ao Presidente, que publica edital no órgão oficial, e, havendo omissão, ao Vice-Presidente. O Corregedor Geral é distratora plausível por integrar a Mesa, mas não tem essa função.

S9 **C** Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/20...

Os arts. 3º e 4º da Lei 12.153/2009 limitam o recurso à sentença, ressalvadas as medidas cautelares e antecipatórias. A alternativa de qualquer decisão interlocutória é a mais tentadora, mas contraria a regra de irrecorribilidade definida nesses dispositivos legais.

S10 **E** CPC: impedimento, suspeição e auxiliares da Justiça (art...

Art. 155 do CPC: responsabilidade civil e regressiva na recusa sem justo motivo e no ato nulo com dolo ou culpa.

Continue no Farol

Este caderno é o começo. Na plataforma, cada resposta sua ajusta o plano.

Plano do dia
o que estudar hoje, montado pelo edital e pelos seus erros

Questões ilimitadas
47 questões deste edital, corrigidas na hora

Revisão espaçada
flashcards que voltam no dia certo, sem você contar

Simulados no tempo da prova
com nota projetada e posição no corte

Podcasts e videoaulas
para estudar no trânsito e na academia

Diagnóstico de erros
o padrão dos seus erros e o que revisar primeiro

Caderno completo em PDF
79 tópicos · 995 questões · acesso imediato

Crie sua conta grátis
farolestudos.com.br · sem cartão

Anotações

Farol
estudos

Estudo com plano, do primeiro dia à aprovação.

farolestudos.com.br